Espaço público em disputa:

novas formas de organização social em Ribeirão Preto

POR INSTITUTO TERRITÓRIO EM REDE

Foto aérea do Jardim Progresso (acima) e Quinta da Boa Vista B, localizados na zona sudoeste de Ribeirão Preto. Fonte fotográfica: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2008.

© INSTITUTO TERRITÓRIO EM REDE

¶ NO NOSSO TEMPO, há urgência em fortalecer e visibilizar resistências coletivas que desafiam o estado atual das coisas e tensionam a realidade. Ribeirão Preto, capital regional do interior paulista, apresenta significativas limitações no que se refere à democratização dos assuntos públicos, especialmente na produção do espaço e na formulação e revisão de legislações urbanísticas, que tanto impactam o cotidiano da população. A organização tardia da sociedade civil, a partir dos anos 1990, somada ao revezamento, no poder público, de famílias e grupos que defendem interesses privados, revelam um espaço público assimétrico onde as narrativas dissonantes aparecem apenas como ruídos e, a participação, como miragem.

No entanto, nos últimos anos, há que se ressaltar um evidente fortalecimento da sociedade civil do município, que passa a disputar o espaço público e a demonstrar a presença de novas formas de organização social. O recrudescimento dos territórios de pobreza e o aprofundamento da mercantilização do espaço urbano fortaleceram a organização da sociedade e, mais recentemente, algumas ações indicam a formação de redes de cooperação entre movimentos sociais, ONGs, associações e coletivos que apontam para um importante movimento: desafiar a democracia formalizada em modelos desenhados para invisibilizar trajetórias urbanas populares.

Foi nesse movimento que se fundou o coletivo Território em Rede como um grupo interdisciplinar formado por arquitetos e urbanistas, geógrafos, historiadores e sociólogos, com interesse no entendimento crítico da produção do espaço urbano do município de Ribeirão Preto, na ampliação do direito à cidade e na democratização da compreensão das contradições desse território, desenvolvendo ações que buscam alargar as possibilidades de participação direta da população na formulação e fiscalização das políticas públicas.

O Território em Rede iniciou sua atuação em agosto de 2020, por meio de redes sociais, produzindo conteúdos digitais que denunciam problemas urgentes, como o déficit habitacional, a inadequação domiciliar e ações de remoção em assentamentos precários de Ribeirão Preto em tempos de pandemia e de necessidade de isolamento social. Com postagens que fomentam interpretações críticas sobre a cidade, são abordadas questões congruentes à produção urbana de Ribeirão Preto, tanto em perspectiva histórica como atual.

Mas, diante do agravamento da crise social, é preciso que os espaços oficiais sejam disputados e a construção racionalizadora e economicista das cidades seja confrontada para além dos limites das redes sociais. Nessa perspectiva, o Território em Rede participou ativamente dos processos de revisão das Leis Complementares ao Plano Diretor de Ribeirão Preto, aprovado em 2018. Historicamente, esses espaços são ocupados por representantes do mercado imobiliário e associações de classes dominantes, de forma que as legislações urbanísticas de Ribeirão Preto têm sido

desenhadas para atender a esses interesses específicos, produzindo um espaço urbano contraditório e desigual.

Ao longo de 2021, o Território em Rede teve ampla participação nas audiências públicas para a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Ribeirão Preto e, por quatro vezes, encaminhou contribuições às minutas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. O primeiro documento, enviado em maio de 2021, destacou, especialmente, que diversos índices e temas propostos pelo executivo municipal na versão anterior da minuta, elaborada em abril de 2020, haviam sido alterados ou suprimidos na versão apresentada em 2021, mesmo que propusessem condições urbanas mais favoráveis à ampliação do direito à cidade e melhor qualidade de vida à população. Até novembro de 2021, novas contribuições e questionamentos foram enviados pelo Território em Rede, direcionados, sobretudo, ao aprimoramento da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

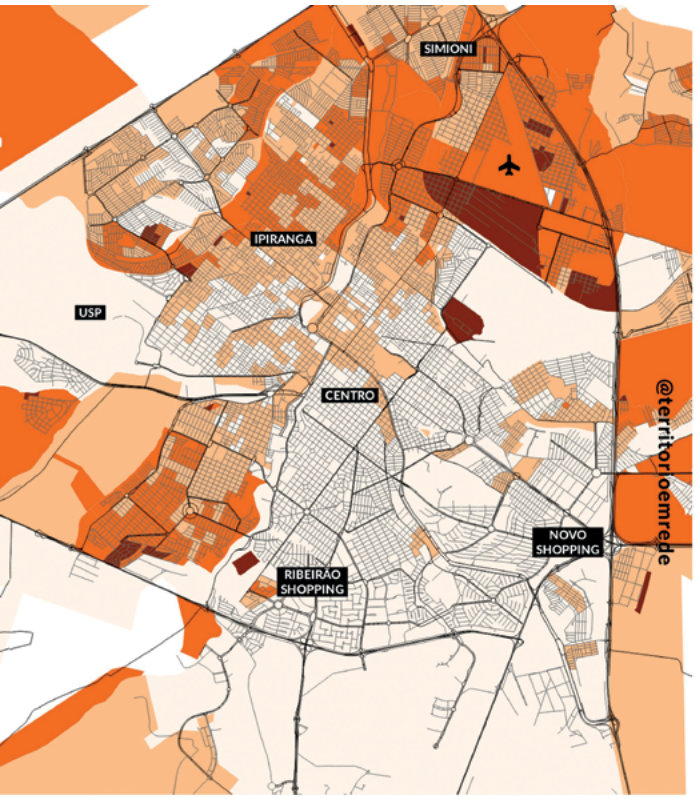
As propostas apresentadas pelo Coletivo foram apenas parcialmente acolhidas. Como exemplo, ressalta-se a redução no prazo para aprovação dos Planos de Ação Regional (PARs), que são peças fundamentais para o planejamento da cidade, uma vez que balizam a legislação específica das Unidades de Planejamento Local (UPL) - porções do território para as quais serão estabelecidos diretrizes e incentivos. No entanto, importantes instrumentos de redistribuição da valorização da terra urbana se mantiveram flexibilizados no Projeto de Lei Complementar encaminhado à Câmara Municipal, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), que só será cobrada, de forma integral, dez anos após a publicação da Lei.

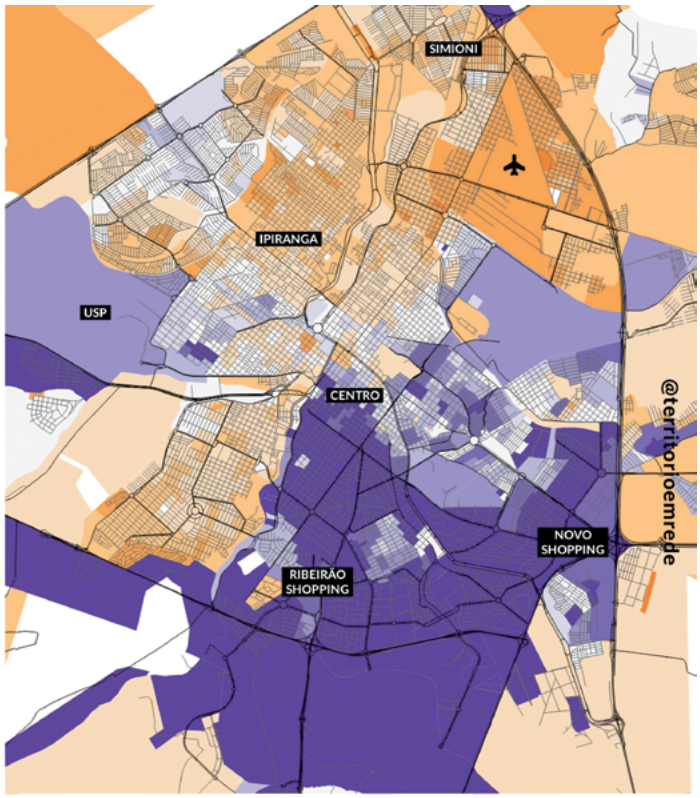
Buscando a ampliação dos seus campos de atuação e considerando imprescindível que instrumentos de gestão democrática como as audiências públicas e os conselhos municipais sejam socialmente apropriados, em 2021 o Território em Rede foi oficialmente registrado e se tornou o "Instituto Território em Rede", para permitir a participação de seus membros e representantes em importantes instâncias, como o Conselho Municipal de Urbanismo - COMUR, Conselho Municipal de Habitação - CMHAB e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA.

O Coletivo também foi uma das entidades realizadoras do livro "Urbanismo e Urbanização em Ribeirão Preto: história e desenvolvimento", publicado em maio de 2022 pela Universidade Federal de Brasília, como resultado de um seminário realizado em março 2020 e que terá sua segunda edição em setembro de 2022, quando debaterá o processo de expansão urbana e regularização fundiária no município, contrapondo as contradições e conveniências na produção desse espaço.

A recente atuação do Instituto Território em Rede, assim como de outros coletivos e organizações diversas da sociedade civil em Ribeirão Preto, representa a potência da ação popular em contra-arrestar o agir hegemônico e evidencia que, muitas vezes, o conflito é a democracia sendo exercida. ⨯

INSTITUTO TERRITÓRIO EM REDE É UM COLETIVO INTERDISCIPLINAR QUE TEM COMO OBJETIVO AMPLIAR O DIREITO À CIDADE E DEMOCRATIZAR A COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO E SUAS CONTRADIÇÕES, ALARGANDO, COM ISSO, AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DIRETA DA POPULAÇÃO NA FORMULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM RIBEIRÃO PRETO.





Mapas relacionando o local de domicílio da população preta e parda de Ribeirão Preto e o rendimento médio mensal domiciliar por setor censitário em Ribeirão Preto.

FONTE DOS DADOS: AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, IBGE, 2017. @ INSTITUTO TERRITÓRIO EM REDE, 2020.

Conjuntos habitacionais Wilson Toni e Dr. Paulo Gomes Romeo.

© MATEUS ZÁCCARO.